



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E NUTRICIONAL ATRAVÉS DA CONSTRUÇÃO DE HORTA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE NATAL

Maria do Desterro da Silva¹, Regina de Fátima dos Santos Braz², Maria de Fátima Souza³, Thaisa Accioly de Souza⁴

(1) Escola Municipal Monsenhor Joaquim Honório, desterro17@hotmail.com

(2) Depto. de Microbiologia e Parasitologia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, santosbraz@gmail.com

(3) Depto. de Ecologia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, tsaccioly@yahoo.com.br

(4) Depto. de Microbiologia e Parasitologia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mfsouza@cb.ufrn.br

INTRODUÇÃO

Atualmente, busca-se a construção de uma sociedade consciente em relação às questões ambientais, compromissadas com as futuras gerações. Nesse âmbito, a escola possui um papel fundamental, cumprindo a sua missão social de educar para o exercício de cidadania de forma consciente e responsável. Entretanto, a escola precisa assumir uma nova concepção: ela deve ser uma escola sustentável, onde o aluno deve aprender os conteúdos curriculares básicos, assim como os princípios da sustentabilidade. Dessa forma, o aluno poderá adquirir a consciência sobre o seu papel no futuro das próximas gerações.

A sustentabilidade deve abranger a igualdade social e a qualidade de vida da atual e futuras gerações. Segundo a representante da Índia na Conferência de Estocolmo, em 1972 (BARBIERI, 1997, p. 19), a pobreza e a falta de ações públicas efetivas, que garantam o acesso a alimentação adequada a todos os seres humanos, podem ser consideradas fontes de “poluição social”.

Alcançar a sustentabilidade significa melhorar a qualidade de vida das populações socialmente carentes. O grande desafio mundial é a fome, que afeta cerca de 805 milhões de pessoas vivendo principalmente em países da Ásia, África e América Latina (FAO, 2014).

Muitas ações têm sido empreendidas pelo governo brasileiro para o combate à fome no país. A lei nº 11.947/2009 dispõe sobre o atendimento à alimentação escolar e o Programa Dinheiro



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Direto na Escola. Esta lei tem como diretrizes “o emprego da alimentação saudável e adequada, a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, a participação da comunidade no controle social, bem como o apoio ao desenvolvimento sustentável, incentivando a aquisição de alimentos produzidos em âmbito local pela agricultura familiar” (BRASIL, 2009, p. 1). No entanto, dados atuais mostram que a insegurança alimentar grave (pelo menos uma pessoa do domicílio com experiência de fome no período investigado) ainda afeta 7,2 milhões de brasileiros (IBGE, 2014, p33).

Para combater a fome da população socioeconomicamente vulnerável, a Lei nº 11.346/2006 criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), para assegurar o direito à alimentação adequada (BRASIL, 2006, p. 1). Esta lei aborda no artigo 4º que a segurança alimentar abrange “a ampliação do acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar”.

A maioria das pessoas não se preocupa com a qualidade de sua alimentação, mesmo quando têm informações sobre os malefícios que alguns tipos de alimentos possam causar a sua saúde e à qualidade de vida. A má alimentação tanto pode causar obesidade, como doenças carenciais e metabólicas. As crianças não entendem essa diferença nutricional e assim fazem-se necessárias orientações quanto à importância de uma alimentação saudável, estimulando a aquisição de conhecimentos sobre o que estão consumindo, seus valores nutricionais, e o que de fato é necessário para a saúde.

Reconhecendo isso, o Ministério da Educação têm trabalhado no sentido de fornecer uma alimentação mais adequada para crianças e jovens através do programa da merenda escolar, incluindo a abordagem do tema “alimentação e nutrição” no currículo escolar através de diferentes ações. Esses temas que fazem parte do cotidiano da população devem ser um tipo de conteúdo privilegiado no âmbito escolar (GADOTTI, 2009, p. 42).

As ações para abordar a alimentação e nutrição, pode incluir a construção de hortas escolares, que tem a mesma função das hortas comunitárias. A construção desse tipo de horta pode contribuir para melhorar a educação dos alunos com relação aos conhecimentos nas várias disciplinas curriculares, como Ciências, Biologia, Ecologia e outras, além de proporcionar um melhor nível nutricional da merenda escolar e mudanças nos hábitos alimentares (CRIBB, 2010).



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Dessa forma, o objetivo deste trabalho foi implantar uma horta em uma escola, com aproveitamento de materiais recicláveis, como espaço propício para atividades educativas sobre alimentação saudável e meio ambiente.

METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido na Escola Municipal Monsenhor Joaquim Honório (EMMJH), localizada em Natal/RN, e foi desenvolvido dentro das ações do programa Mais Educação, com alunos na faixa etária entre sete e dez anos. O projeto foi desenvolvido em 2014, iniciando com uma reunião com a equipe gestora e os professores da escola. Uma oficina “Promoção a Saúde: Boas práticas de alimentação” foi realizada, em que foram trabalhados os conceitos relacionados às boas práticas de alimentação, para ter condições saudáveis e prevenir doenças. Foram abordados temas como a substituição de alimentos ricos em açúcar, sal e gorduras, por outros com baixo índice desses ingredientes, de maneira a prevenir doenças como diabetes, hipercolesterolemia e hipertensão.

Foi feita uma sensibilização dos alunos através da exibição de vídeos mostrando a realidade da construção de hortas por crianças de outras escolas, seguida de uma explanação teórica e discussão sobre os materiais necessários e local adequado para a construção da horta. A sensibilização foi extensiva a dois vigias da escola, que demonstraram interesse em participar da atividade e disponibilidade para realizar a manutenção da mesma, durante a ausência dos alunos e professora, e foram considerados monitores da horta. Após a sensibilização, os alunos mostraram motivação para implementar a horta.

Uma gincana foi realizada a fim de divulgar a ação de educação ambiental que seria desenvolvida através da criação da horta; arrecadar resíduos recicláveis, que foram utilizados em uma oficina de artesanato e para a construção da horta. Dessa forma toda a comunidade escolar foi integrada a favor da questão ambiental. Os alunos foram divididos em equipes e diversas atividades relacionados ao meio ambiente foram realizadas, como paródias, danças, encenações, jogos de perguntas e respostas e caça ao tesouro. A equipe vencedora foi a que arrecadou maior quantidade de resíduos recicláveis.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Para a construção da horta foi escolhida uma área 3,5 m²; próximo a torneira; com boa luminosidade; bom sombreamento a partir do meio dia, condições consideradas favoráveis ao desenvolvimento de hortaliças. Foi feita a limpeza da área, adubação e plantio pelos alunos orientados por uma professora e monitores. O material orgânico foi triturado, adicionado a cascas de ovos e de frutas, todos resíduos provenientes da preparação da merenda e adicionado ao solo como adubo orgânico. As sementes foram plantadas em maio, para aproveitar o período chuvoso. O plantio foi feito de maneira vertical, em garrafas PET (Poli Tereftalato de Etileno) suspensas nas paredes. Pneus foram utilizados para fazer os canteiros no solo.

Foram plantadas sementes de coentro, alface, rúcula e tomate adquiridas através de uma feira da EMATER ou compradas na CEASA. Todos foram incumbidos de cuidar da horta diariamente e nos fins de semana, os monitores ficaram responsáveis pelo manejo, tendo em vista sua escala de trabalho e o fato de residirem próximo à escola. Como marco de encerramento do projeto, uma muda de moringa (*Moringa oleifera*) foi plantada no pátio da escola como símbolo da ação pela sustentabilidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a realização da oficina sobre a promoção à saúde, na qual os alunos assistiram a palestras e vídeos, bem como leram sobre o assunto, houve um interesse maior dos alunos em consumir mais salada no almoço, pois eles entenderam a importância desses alimentos.

Durante a gincana as equipes conseguiram arrecadar mais de 120 kg de resíduos recicláveis, que foram trazidos por toda a comunidade escolar. Destes, as garrafas PET foram utilizadas para construção da horta. As caixas da Tetra Pak foram usadas para confecção de artesanato, em oficinas realizadas durante o projeto. Os resíduos recicláveis não utilizados foram entregues a uma família de catadores.

A sensibilização dos alunos, realizada através da oficina de promoção à saúde, vídeos e gincana, culminou num grande interesse mostrado nas atividades para a construção, manutenção e colheita das frutas e hortaliças.

A primeira colheita foi realizada pelos alunos em novembro. Os produtos foram mostrados para a comunidade escolar e divididos entre os participantes para que levassem para casa. Foram



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

colhidas as hortaliças plantadas pelos alunos bem como frutas de árvores plantadas anteriormente na escola. As hortaliças que ainda não estavam prontas para a colheita foram deixadas aos cuidados dos monitores da horta, durante o período de férias, que puderam levar as verduras para suas casas.

No entanto, ao retorno das férias em 2015, verificou-se que a horta foi destruída e que a moringa plantada como símbolo da atividade havia sido arrancada, que causou uma frustração na professora orientadora da ação e nos alunos, que haviam se empenhado nessa ação. Esse fato mostra a importância da participação e comprometimento de todos os atores em qualquer atividade desenvolvida na escola. Houve grandes dificuldades para a realização do trabalho na escola devido ter havido três equipes gestoras durante 2014, e cada gestor tinha níveis de interesse diferentes em relação a horta, ou mesmo total falta de interesse, com o foco voltado apenas para a parte administrativa. Outra dificuldade foi a ausência de coordenação pedagógica dificultando ainda mais a execução do projeto. A coordenação tem um grande papel para que os projetos se desenvolvam. É esse profissional que deve promover a interação entre todos os professores, alunos e funcionários, para dar apoio aos projetos e envolver todos os atores.

Esse projeto poderia ter sido muito mais proveitoso se diretores e coordenação estivessem juntos, unindo todos os atores na ação. Contar com a participação dos vigias foi muito importante para aguar e fazer a manutenção da horta nos finais de semana. Porém, a falta de apoio de um técnico com conhecimento sobre solo, pragas, hortaliças adequadas e orientação de manejo foi um ponto que atrapalhou bastante o desenvolvimento do trabalho. A improvisação para que a horta acontecesse mostrou erros que foram também aprendizados, pois afinal também se aprende com os erros.

CONCLUSÕES

A oficina sobre “Promoção à saúde” e a implementação da horta, ensinou às crianças que o consumo da alimentação saudável é um investimento na saúde dos futuros adultos. É fundamental a conscientização precoce sobre a alimentação saudável para melhorar a qualidade de vida e prevenir doenças ao longo da vida.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Apesar das dificuldades, os alunos adquiriram, de maneira lúdica, conhecimento sobre a construção de uma pequena horta, sobre a utilização de materiais recicláveis e poderão utilizar esse conhecimento para colaborar com a sustentabilidade de suas comunidades. Os alunos ao final do trabalho manifestaram o interesse em fazer a horta em suas casas, aproveitando os espaços nos quintais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente**: As estratégias de mudanças da Agenda 21. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 set. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: Abril 2015.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 11.947/2009 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jun. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm. Acesso em: Abril 2015.

CRIBB, S. L. S. P. Contribuições da educação ambiental e horta escolar na promoção de melhorias ao ensino, à saúde e ao ambiente. **Revista Eletrônica de Ensino, Saúde e Ambiente**, v. 3, n. 1, p. 42-60, 2010.

FAO. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Cai o número de pessoas que passam fome no mundo**. 2014. Disponível em: <https://www.fao.org.br/cnppfm.asp>. Acesso em: Abril 2015.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra**. 6ª ed. São Paulo: Peirópolis, 2009.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Suplementar de Segurança Alimentar PNAD**. 2013. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: Abril 2015.